



Relatório Anual

2012

ÍNDICE

3	AGRADECIMENTOS
3	INTRODUÇÃO
5	PANORAMA ECONÔMICO

RESULTADO DO PLANO EM 2012

10	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
23	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
23	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
26	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
28	PARECER ATUARIAL
30	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
32	RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA
34	PARECER DO CONSELHO FISCAL
35	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
36	GLOSSÁRIO

AGRADECIMENTOS

A OABPrev-Nordeste agradece a todos os colaboradores, participantes, assistidos e parceiros que contribuíram para a edição deste Relatório. O envolvimento de cada indivíduo foi de grande importância para que as informações contidas aqui tivessem a qualidade e a credibilidade necessárias para o entendimento dos leitores.

INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2012.

Encerramos o exercício de 2012 com 204 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no participante.

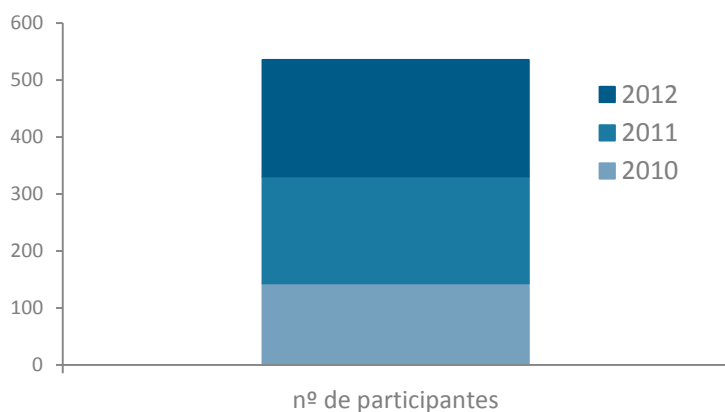
Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2010	2011	2012
Nº de Participantes*	143	183	204
Idade média (anos)	35,23	35,39	38,95
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	1,48	2	1,69
Contribuição média	R\$ 137,77	R\$ 148,90	R\$ 120,10
Saldo individual médio	R\$ 2.148,34	R\$ 2.895,79	R\$ 8.411,21

* Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes em 2012 na ordem de 11,47%, quando comparado com o exercício de 2011, conforme melhor elucidado no gráfico abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



No exercício de 2012 encerramos o ano com 121 Participantes Assistidos

Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2010	2011	2012
Nº de Assistidos	154	126	121
Idade média (anos)	67,94	68,79	69,32
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	2	3	4
Benefício médio	R\$ 1.082,65	R\$ 1.287,35	R\$ 1.365,50
Saldo individual médio	R\$ 138.233,94	R\$ 164.965,99	R\$ 169.111,28

Através da análise da tabela 2, percebe-se que houve uma ligeira redução no número de Participantes Assistidos em 2012.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev possui atualmente 121 participantes assistidos e 5 beneficiários em gozo de benefício de pensão por morte.

Desde o início do funcionamento da entidade, em janeiro de 2009, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

O relatório anual tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela entidade e ao seu plano de benefícios.

Com a divulgação deste documento, a OABPrev-Nordeste mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

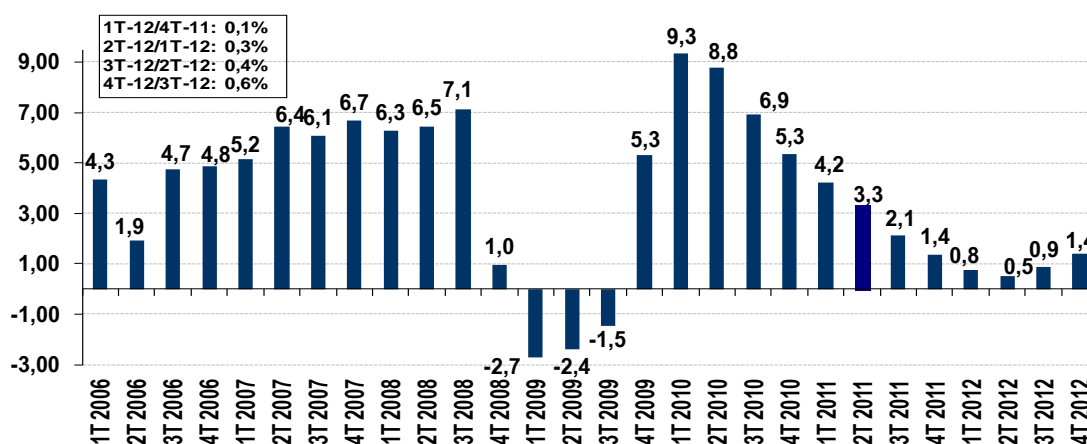
Boa Leitura!

PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente para 2,7% em 2011 e mais ainda para 0,9% em 2012. O crescimento do PIB no ano passado foi até menor que na maior economia mundial, os Estados Unidos, onde a crise começou. A economia americana cresceu 2,2% em 2012. A boa notícia é que, no último trimestre de 2012, o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior a uma taxa de 0,6% ou 2,4% anualizada.

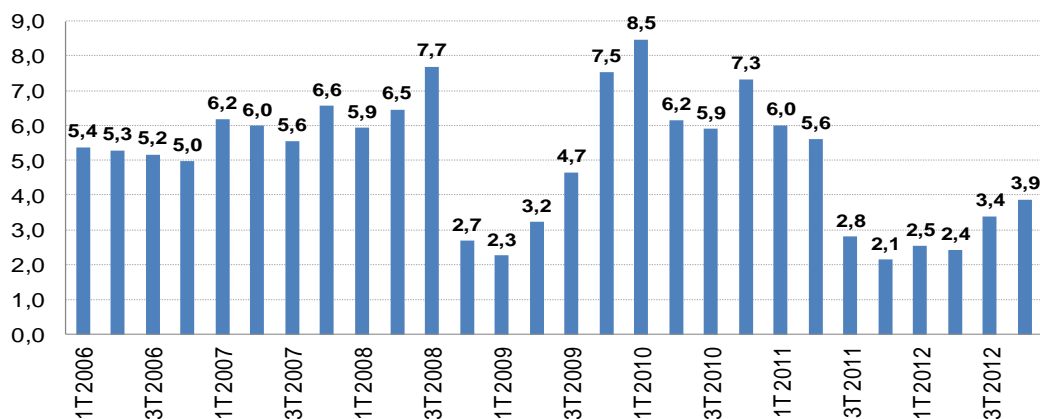
O Brasil cresceu bem menos que a média de crescimento das economias emergentes que, de acordo à última estimativa do Fundo Monetário Internacional, teria sido de 5,1% em 2012.

PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)

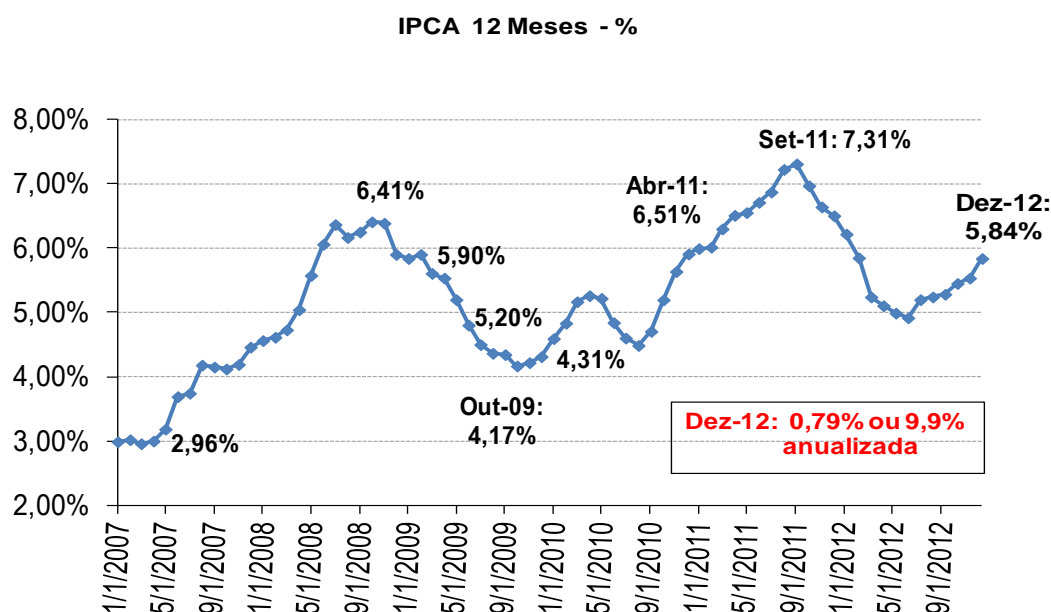


O consumo das famílias brasileiras tem se mantido bastante aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais. Assim, em todos os trimestres, o consumo cresceu a taxas bem maiores do que as do PIB em si e fechou o ano com crescimento acumulado de, aproximadamente, 3%. As importações ajudaram a cobrir o hiato entre o que as famílias demandavam e aquilo que era produzido dentro das fronteiras do Brasil.

Consumo das Famílias - Anual %



Desta forma, pelo aquecimento da demanda interna, a inflação acelerou, mas não tanto quanto teria sido o caso se não tivesse havido expansão de importações. O IPCA fechou 2012 registrando inflação de 5,84%, bem acima da meta central de inflação de 4,5% pelo terceiro ano consecutivo.



É amplamente sabido que a taxa de crescimento de 7,5% do ano de 2010 não era uma taxa sustentável com estabilidade de preços, tendo em vista as enormes deficiências em infraestrutura e ainda a baixa taxa de investimento do Brasil. Por outro lado, o crescimento de 2,7% registrado em 2011 está bastante aquém da taxa de crescimento possível para o país. Embora não se tenha um número exato, essa taxa estaria entre 3,5 e 4,5% ao ano. Mas, entre outros motivos, 2012 foi mais um ano em que a economia europeia voltou a gerar muitas incertezas e na qual a maioria dos países daquele continente registrou taxas negativas de crescimento em vários trimestres. Essa incerteza e volatilidade acabaram afetando o Brasil negativamente mais uma vez.

Se por um lado o PIB não cresceu tanto quanto se esperava no início do ano, o bom desempenho do consumo das famílias refletiu o excelente desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam, há tempos, de falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 4,6% em dezembro de 2012. Essa taxa tinha sido de 4,7% um ano antes e de 5,3% em 2010 e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real médio das pessoas ocupadas tem crescido acima da inflação. Em dezembro de 2012, cresceu 3,2% em termos reais em relação a dezembro de 2011 e alcançou R\$ 1.822 na média.

A produção industrial no Brasil tem estado basicamente estagnada ou caindo. Assim, depois de ter crescido 10,5% em 2010, a produção industrial fechou 2011 praticamente estagnada, com expansão de apenas 0,3% e em 2012 caiu 2,7%. Chamamos a atenção especialmente para o desempenho da indústria produtora de bens de capital, cuja produção caiu 11,8% nos doze meses fechados em dezembro.

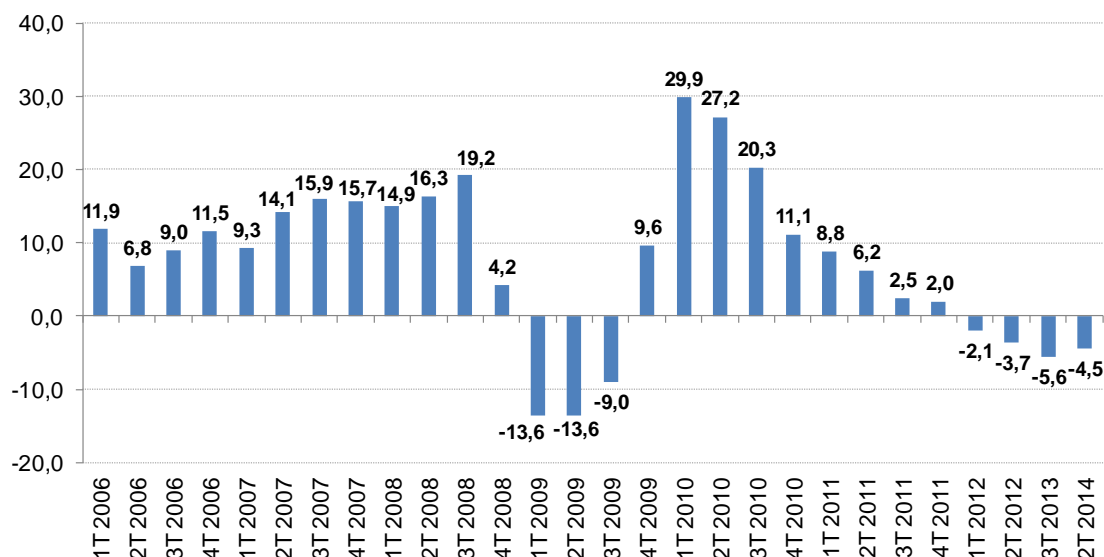
Produção Industrial
(% Anual)

Setores	IV Tri-08*	2008	2009	2010	2011	Nov-12	Nov-12*	Dez-12	Dez-12*	12 Meses
Bens de Capital	-26,5	14,4	-17,40	20,8	3,3	-9,6	-0,6	-14,7	-0,8	-11,8
Bens Intermediários	-18,5	1,6	-8,80	11,4	0,3	-1,0	-1,0	-2,5	-0,1	-1,7
Bens de Consumo	-16,8	1,9	-2,70	6,4	-0,7	1,3	-0,2	-1,4	0,5	-1,0
Duráveis	-49,2	3,8	-6,40	10,3	-2,0	5,9	-1,0	-3,5	-0,5	-3,4
Não Duráveis e Semi-Durav	-7,1	1,4	-1,60	5,2	-0,2	0,0	-0,2	-0,8	0,9	-0,3
Indústria Geral	-20,1	3,1	-7,40	10,5	0,3	-1,1	-1,3	-3,6	0,0	-2,7

Fonte: IBGE / * Ajustado Sazonalmente

Aliás, nos dados do PIB trimestral, o comportamento do investimento tem sido bastante preocupante, tendo em vista os dados negativos que vem se agravando.

Investimento - Anual



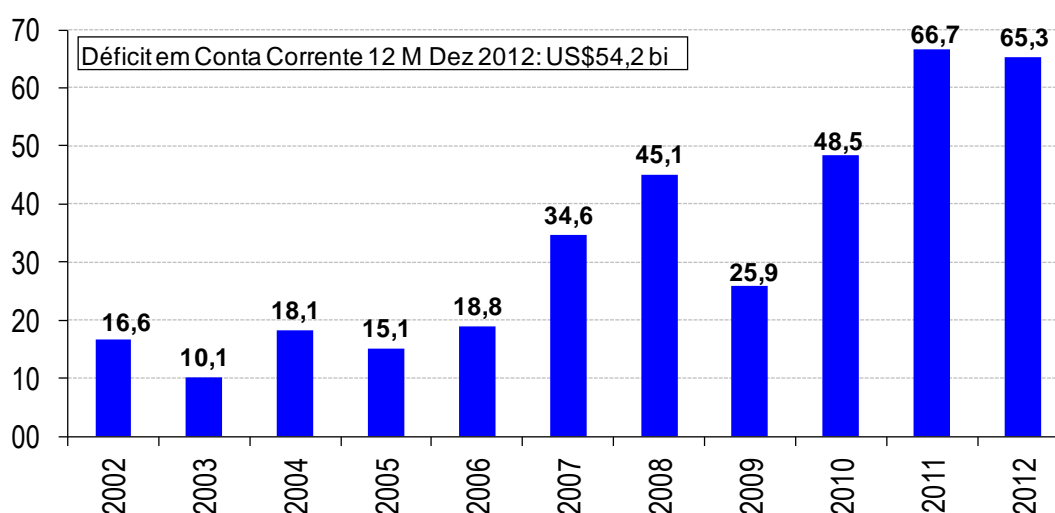
Devido ao distanciamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central tinha começado um processo gradual de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época para 12,50% ao ano em julho de 2011. Contudo, apesar da trajetória nada benigna da inflação, em agosto de 2011, o Banco Central surpreendeu o mercado e adotou novo processo de distensão monetária. A alegação era que o agravamento da crise internacional teria efeitos deflacionários sobre os preços na economia brasileira. Isto ainda não aconteceu e o discurso do Banco Central parece ter ficado defasado. O fato é que a Selic fechou 2012 no mais baixo patamar histórico, de 7,25% ao ano, e as expectativas de inflação de consenso de mercado estão acima da meta central de inflação de 4,5% até o ano 2017, inclusive.

Além dessa política de distensão monetária, a política fiscal tem sido amplamente expansionista também em 2012. O superávit do setor público consolidado fechou 2012 em 2,38% do PIB, após várias manobras contábeis criticadas pelos analistas em geral. Em 2011, o superávit primário do setor público tinha fechado em 3,1% do PIB. Se a política fiscal aprofundasse o ajuste, gerando maiores superávits primários e evitando forte expansão de crédito via BNDES, a política monetária poderia ser menos

estrita e ainda assim seria possível que a inflação convergisse para a meta. Entretanto, este não é o nosso cenário de referência. Com o mix atual de política econômica, a nossa expectativa é que o IPCA não convirja para a meta de 4,5% pelo menos nos próximos dois anos. Do ponto de vista da previsibilidade da política econômica em prazos mais longos, o que é fundamental para o investimento do setor privado, isto não ajuda em nada.

Em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil ainda se encontra em uma situação confortável para enfrentar uma potencial nova crise de liquidez internacional, se a Europa não conseguir resolver os seus problemas. Com efeito, o nível de reservas internacionais do Banco Central do Brasil se encontra em patamar bem elevado: acima de US\$ 370 bilhões. E o investimento estrangeiro direto fechou 2012 com entradas de US\$ 65,3 bilhões, bem superiores às necessidades de financiamento externo de US\$ 54,2 bilhões do déficit em conta corrente em doze meses.

Investimento Direto Estrangeiro
(US\$ Bilhões em 12 Meses)



Por fim, apesar da distensão monetária, a nossa expectativa de crescimento do PIB em 2013 é pouco inferior a 3%, mas com aceleração do crescimento no segundo semestre do ano, levando a um crescimento em torno de 3,5% em 2014. Tendo em vista o crescimento de 2,7% em 2011 e apenas 0,9% em 2012, esses números seriam bastante bem-vindos.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DO PLANO EM 2012

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	8	30	Exigível operacional	94	180
Realizável	23.448	22.189	Gestão previdencial	40	122
Gestão previdencial	-	-	Gestão administrativa	54	58
Investimentos	23.448	22.189	Patrimônio social	23.406	22.086
Créditos privados e depósitos	-	-	Patrimônio de cobertura do plano	23.327	21.948
Fundos de investimento	23.448	22.189	Provisões matemáticas	23.327	21.948
Permanente	44	46	Benefícios concedidos	21.432	21.417
Imobilizado	44	46	Benefícios a conceder	1.895	531
			Fundos	79	138
			Fundos administrativos	79	138
Total do ativo	23.500	22.266	Total do passivo	23.500	22.266

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Patrimônio social - início do exercício	22.086	22.560	-2
1. Adições	4.486	2.874	56
(+) Contribuições previdenciais	1.840	187	884
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	2.173	2.223	-2
(+) Receitas administrativas	462	435	6
(+) Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	10	29	-64
2. Destinações	-3.165	-3.348	-5
(-) Benefícios	-2.634	-2.685	-2
(-) Despesas administrativas	-531	-663	-20
3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)	1.320	-474	-378
(+/-) Provisões matemáticas	1.379	-275	-602
(+/-) Fundos Administrativos	-59	-199	-71
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	23.406	22.086	6

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	21.948	22.223	-1
1. Adições	4.099	2.492	64
(+) Contribuições	1.926	269	616
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.173	2.223	-2
2. Destinações	-2.720	-2.767	-2
(-) Benefícios	-2.634	-2.685	-2
(-) Custeio administrativo	-86	-82	5
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	1.379	-275	-602
(+/-) Provisões matemáticas	1.379	-275	-602
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	23.327	21.948	6
C) Fundos não previdenciais	79	138	-43
(+/-) Fundos Administrativos	79	138	-43

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1. Ativos	23.446	22.208	6
Disponível	8	26	-70
Recebível	79	138	-43
Investimento	23.359	22.045	6
Créditos privados e depósitos	-	-	-
Fundos de investimento	23.359	22.045	6
2. Obrigações	40	122	-67
Operacional	40	122	-67
3. Fundos não previdenciais	79	138	-43
Fundos administrativos	79	138	-43
5. Ativo líquido (1-2-3)	23.327	21.948	6
Provisões matemáticas	23.327	21.948	6

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	138	337	-59
1. Custeio da gestão administrativa	472	464	2
1.1. Receitas	472	464	2
Custeio administrativo da gestão previdencial	86	82	5
Custeio administrativo dos investimentos	337	329	3
Receitas diretas	25		100
Resultado positivo dos investimentos	10	29	-64
Outras receitas	14	25	-45
2. Despesas administrativas	-531	-663	-20
2.1. Administração previdencial	-295	-418	-29
Pessoal e encargos	-79	-118	-33
Treinamentos/congressos e seminários	-	-5	-100
Viagens e estadias	-3	-58	-94
Serviços de terceiros	-91	-138	-34
Despesas gerais	-109	-92	18
Depreciações e amortizações	-3	-7	-60
Outras despesas	-10	-	100
2.2. Administração dos investimentos	-236	-245	-4
Serviços de terceiros	-236	-245	-4
4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	-59	-199	-71
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	-59	-199	-71
B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)	79	138	-43

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	23.327	21.948	6
1. Provisões matemáticas	23.327	21.417	6
1.1. Benefício Concedido	21.432	21.417	0
Contribuição definida	21.432	21.417	0
1.2. Benefício a conceder	1.895	531	257
Contribuição definida	1.895	531	257
Saldo de contas - parcela participantes	1.895	531	257

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em R\$ MIL)

Nota 1 – Contexto Operacional

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba doravante denominado OABPrev – Nordeste, é uma entidade fechada de previdência privada, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional da Paraíba, denominada instituidora-Fundadora.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da diretoria de análise técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade OABPrev – Nordeste, nos termos da portaria nº 1.199 de 15 de junho de 2007, publicada no diário oficial da união nº 116 de 19 de junho de 2007. A autorização da aplicação do regulamento do plano foi pela portaria nº 1.467 de 22 de agosto de 2007, publicada no diário oficial da união nº 164 de 24 de agosto de 2007.

O OABPrev-Nordeste tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

São instituidoras do OABPrev-Nordeste, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba e a Associação dos Aposentados da CAERN – APOSCAERN, instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A Resolução CGPC nº. 8 de 31 de outubro de 2011 revogou a Resolução CGPC Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009 e Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, alterando os quadros demonstrativos contábeis.

Desta forma a demonstração da mutação do ativo líquido passou a ser chamada demonstração da mutação do patrimônio social, que passou a ter informações complementares àquelas divulgadas no exercício anterior.

A estrutura contábil está segregada em três atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

- Gestão Previdencial – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefício previdenciários.
- Gestão Administrativa – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas.
- Fluxo de Investimentos – grupo de contas contábeis destinados ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da gestão Previdencial e da gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

2.1 – Balanço Patrimonial

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

2.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.3 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.4 – Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.5 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

2.6 – Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP)

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

Nota 3 – Principais Práticas Contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1 – Apuração do Resultado

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2 – Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.3 – Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

3.4 – Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

- a) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

b) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

3.4.1 – Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

3.4.2 – Rateio das Despesas Administrativas

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

3.4.3 – Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

3.4.4 – Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ajuste a valor de mercado dos investimentos, contingências, as provisões matemáticas e fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Nota 4 – Demonstrações Contábeis

4.1 – Ativo

4.1.1 – Disponível

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Imediato	8	30
Banco conta movimento	8	30
Banco do Brasil	8	30

4.1.2 – Realizável

4.1.2.1 – Investimento

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a OABPrev-Nordeste possuía os seguintes investimentos marcados ao seu valor de mercado (MTM), conforme determinação da CVM, em garantia das reservas técnicas:

Investimentos	2012	2011
Icatu Vanguarda FIC de FI OABPrev Nordeste Multimercado	23.448	22.189

A Entidade não possui fundos exclusivos, desta forma não há títulos mantidos até o vencimento em sua carteira.

4.1.3 – Permanente

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC no 34, de 24 de janeiro de 2009.

4.2 – Passivo

4.2.1 – Exigível Operacional

a) Gestão Previdencial

Corresponde às retenções a pagar assumidas pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco, retenção de IR sobre resgates. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
IR sobre resgate	11	101
Repasse de risco para Seguradora	-	20
Benefícios a pagar	8	-
Outras Exigibilidades	<u>21</u>	<u>1</u>
Repasse de risco para Seguradora	19	1
Outras exigibilidades	2	-

b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não repassadas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresenta os seguintes valores:

Descrição	2012	2011
PIS e Cofins sobre receitas Administrativas	3	2
Icatu Serviços de Administração Previdencial	46	38
Fornecedores Diversos	-	5
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	2	-
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	3	2
Salário e Encargos	-	11

4.3 – Patrimônio Social

4.3.1 – Patrimônio de Cobertura

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios OABPrev-Nordeste.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresentam em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os saldos:

Descrição	2012	2011
Patrimônio de Cobertura do Plano	23.327	21.948
Provisões Matemáticas	23.327	21.948
Benefícios Concedidos	21.432	21.417
Contribuição Definida	21.432	21.417
Benefícios a Conceder	1.895	531
Contribuição Definida	1.895	531

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

a) Premissas e Hipóteses Atuariais

Descrição	
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos (2)	AT 2000
Hipóteses sobre taxa de juros % (3)	0,00%

- (1) Justificativas – Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2007, contemplando uma experiência estatística ainda insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes, bem como por conservadorismo, será adotada a manutenção da premissa adotada na última Avaliação Atuarial, qual seja a AT2000.
- (2) Justificativa - Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2007, contemplando uma experiência estatística ainda insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes, bem como por conservadorismo, será adotada a manutenção da premissa adotada na última Avaliação Atuarial, qual seja a AT2000.
- (3) Justificativa – Mantendo o critério de conservadorismo adotado pela entidade desde sua instituição, bem como em função da rentabilidade auferida nos últimos meses, será adotada a manutenção da hipótese de juros em 0% para a concessão dos benefícios.

4.3.2 – Fundos

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresenta o seguinte saldo:

Fundo	2012	2011
Fundo Administrativo	79	138

4.4 – Resultado das Operações

4.4.1 – Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

4.4.2 – Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre as gestões. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

4.4.2.1 – Custeio da Gestão Administrativa

4.4.2.1.1 – Receitas

- a) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Representa a receita da gestão advinda da sobretaxa administrativa cobrada sobre as contribuições.

b) Custeio Administrativo dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

c) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

d) Outros Resultados

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora Mongeral.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Total	472	465
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	86	82
Custeio Administrativo dos Investimentos	337	329
Outras Receitas	39	25
Resultado Positivo dos Investimentos	10	29
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	86	82
Custeio Administrativo dos Investimentos	337	329

4.4.2.1.2 – Despesas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos.

a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

b) Administração Investimento

Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

A soma das despesas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos.

Descrição	2012	2011
Total	531	664
Administração Previdencial	295	418
Pessoal e encargos	79	118
Treinamentos/Congressos	-	5
Viagem e estadias	3	58
Serviços de terceiros	91	138
Despesas gerais	109	92
Depreciações e amortizações	3	7
Outras	10	-
Administração dos Investimentos	236	246
Serviços de terceiros	236	246

Nota 5 – Investimentos

A administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de investimentos da Entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados - CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos apresentam a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Fundos - Cotas de Fundos	22.752	22.186
Operações Compromissadas - LTNO	678	-
Valores a pagar	(3)	(3)
Disponibilidade	21	6

5.1 – Fluxo dos Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
(+) Rendas/Variações Positivas/Negativas	2.521	2.581
(-) Cobertura Despesas Administrativas de Investimento	(338)	(329)
= Apuração do Fluxo dos Investimentos	2.183	2.252
Gestão Previdencial	2.173	2.223
Gestão Administrativa	10	29

Nota 6 – Exigível Contingencial

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza fiscal, trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Nota 7 – PIS e COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).

João Pessoa (PB), 31 de dezembro de 2012.

Ivanildo Pinto de Melo

Diretor Presidente

Marília Lima de Miranda

Contadora CRC- RJ 087217/O-1

COMENTÁRIO FINAL

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Nordesteprev somaram R\$ 23.327.063,39, tendo o mesmo uma rentabilidade anual de 10,20 %.

As despesas administrativas do plano em 2012 foram custeadas por 2,00% sobre as contribuições e 2,50% sobre os benefícios pagos.

As despesas administrativas com investimentos do Plano em 2012 equivaleram a 1,01% do patrimônio líquido.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – NORDESTEPREV

1. ESTATUTO

Foram aprovadas por meio da Portaria nº 167 publicado no DOU de 04/04/2012 as alterações propostas para o Estatuto Social da OABPrev-Nordeste.

2. REGULAMENTO DO PLANO

Foram aprovadas por meio da Portaria nº 169 publicada no DOU de 10/04/2012 as alterações propostas para o Regulamento do Plano.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site www.oabprevnordeste.org.br, na opção Documentos → Documentos Legais da Entidade.

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – NORDESTEPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2013

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 20/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Luiz Antônio de Almeida

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

TABELA DE LIMITES PARA INVESTIMENTO POR PESSOA JURÍDICA E POR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras e ao patrimônio líquido do fundo de investimento em direitos creditórios e do fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO

EMISSOR	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	0%	100%	100%
Renda Variável	IBrX	0%	10%	0%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	0%	0%
Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica da Política de Investimento é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação.

Com o fim de 2012, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2013, após mais um ano (o quinto consecutivo) de frustração com crescimento fraco ao redor do mundo – e inferior ao que economistas e analistas vislumbravam nesta mesma época de 2011.

Desde a eclosão da crise em 2008, praticamente em todos os anos o ritmo da recuperação da atividade decepcionou as projeções de mercado, e em 2012 não foi diferente. A maior parte dos países em processo de ajuste de suas finanças passou por agravamento das recessões – maior do que o imaginado. O processo de reforma da Zona do Euro caminhou apenas lentamente, e foi ficando evidente que a correção dos desequilíbrios entre as diferentes economias do euro é um processo complexo e de solução no longo prazo.

Em resumo, 2012 deixou mais evidente que a fase aguda da crise já ficou para trás – apenas para dar lugar à fase crônica, que embora não mostre as contrações econômicas bruscas percebidas há alguns anos, vem sendo marcada pela sua longa duração e por crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

Indicadores	2013	2014	2015
PIB - %	3,80%	4,00%	4,30%
US\$ final - R\$	2,05	2,11	2,17
IGPDI - %	5,38%	4,98%	4,80%
IGPM - %	5,35%	6,00%	5,00%
INPC - %	5,20%	5,00%	4,80%
IPCA - %	5,20%	5,00%	4,80%
SELIC Fim de Período - %	8,25%	8,00%	7,50%
SELIC Média - %	7,71%	8,11%	7,61%
Bolsa (150% SELIC) - %	12,38%	12,00%	11,25%

* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2012)

O OABPrev-Nordeste, na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-alocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-NE acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

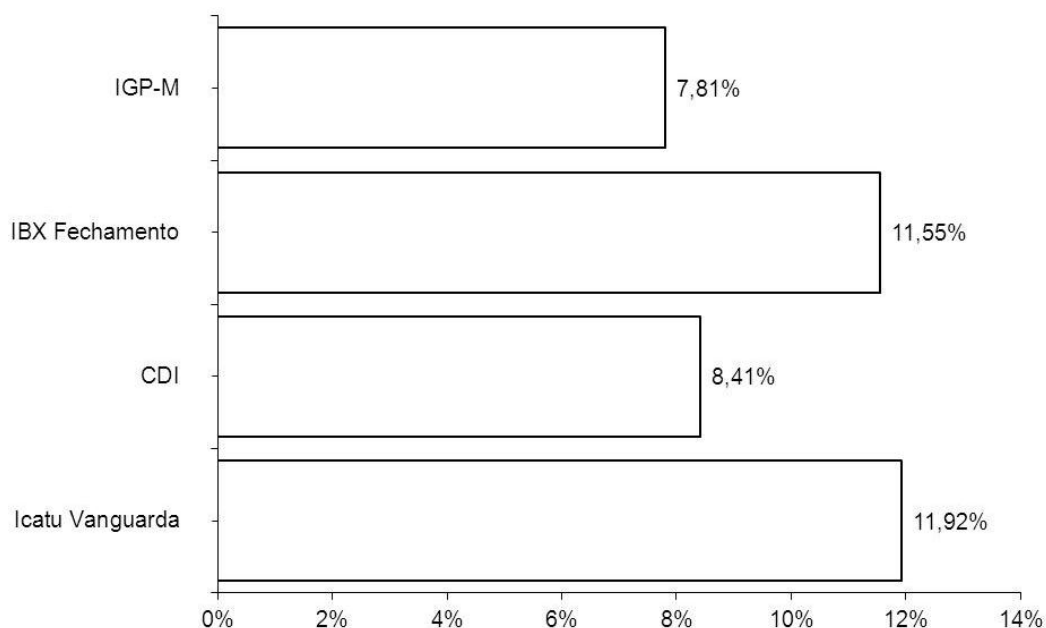
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2012 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Alocação	2012		2011	
Renda variável	-	0%	-	0%
Renda fixa	23.449	100%	22.189	100%
Total	23.449	100%	22.189	100%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/12 A DEZ/12



Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC OABPrev-Nordeste.

PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - NORDESTEPREV DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV- NORDESTE EXERCÍCIO 2012

1. Objetivo

Este anexo tem como objetivo atender à Resolução MPS nº 23, de 06 de dezembro de 2006 que, em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do Plano de Benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução nº 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A presente Avaliação Atuarial teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio para Cobertura do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE, em 31/12/2012, bem como, avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na presente avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2013.

2. Base Cadastral

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo eletrônico pela administradora do sistema de cadastro, com data-base em 31/12/2012 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2012. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela administradora do Plano em 18 de fevereiro de 2013.

Analisando as informações encaminhadas se verificou uma elevação de 11,48% no número de participantes ativos em relação ao ano anterior, sendo 183 participantes em 2011 e 204 em 2012.

No que tange os aposentados, houve uma redução no número de aposentadorias, passando de 126 em 2011 para 121 benefícios em percepção em 2012. Quanto aos pensionistas observou-se que houve um aumento no número de benefícios em manutenção, passando de 3 em 2011 para 5 benefícios em 2012.

3. Hipóteses atuariais

O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial – 2012, considerando a manifestação da Entidade quanto ao Relatório de Hipóteses Atuariais desenvolvido por esta Consultoria, são:

- a) Taxa de Juros: 5,00% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT – 2000; e,
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT – 2000.

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial.

4. Resultados atuariais

A situação atuarial do plano de benefícios NordestePrev, administrado pela OABPrev-NE, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2011, resultado de Equilíbrio Técnico.

O Plano NordestePrev, administrado pela OABPrev-NE, apresentou, em 31/12/2012, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 23.327.063,39, sendo R\$ 21.432.273,01 referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 1.894.790,38 referente à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Parecer foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela administradora do Plano referente à data base 31/12/2012.

A rentabilidade auferida pelos recursos do plano em 2012, considerando a cota vigente em 31/12/2011 e 31/12/2012, foi de 10,20%. No mesmo período o Índice de Referência acumulou 12,57%.

Observou-se no exercício de 2012 uma redução de 42,56% do fundo administrativo em relação ao ano de 2011, apresentando em 31/12/2012 um montante de R\$ 79.212,28. Observou-se também que no referido exercício a despesa média foi superior à receita média em R\$ 4.890,31.

Considerando o exposto no presente parecer se conclui que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – NordestePrev encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013.

Data A Consultoria S/S Ltda.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AOS CONSELHEIROS, DIRETORES E PARTICIPANTES DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DA PARAÍBA – OABPREV-NE JOÃO PESSOA - PB.

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC

OUTROS ASSUNTOS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados para fins de comparação são oriundos das demonstrações financeiras anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12/02/2012, que não conteve nenhuma modificação.

Florianópolis (SC), 11 de março de 2013.

Uniaudi do Brasil – Auditores Independentes S/S

CRC (SC) nº 003985/O-5

Guilherme Gonçalves d'Ávila Neto

Contador CRC (SC) nº 024334/T-O

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV- NORDESTE EXERCÍCIO 2012

Senhor Presidente, Senhores (as) Conselheiros (as),

Serei breve, Senhor Presidente, breve o suficiente para que em poucas palavras descrever a realização dos trabalhos desta Diretoria, bem como, o relacionamento com a Gestão Administrativa e Financeira.

Por primeiro, na forma estatutária, cumpre-nos apresentar o relatório das atividades de nossa Entidade no Exercício de 2012.

Enfatizaremos os acontecimentos marcantes do ano de 2012. Após três anos de existência do Fundo de Pensão, com participação de três Instituidoras, quais sejam a OAB – Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba e a APOSCAERN, a entidade terminou o ano com 204 participantes ativos, com um crescimento de 21 participantes em relação ao final de 2011, o que significa um crescimento em torno de 12%, tendo fechado o ano de 2012 com 121 assistidos. Não há assistidos em gozo de benefício continuado por invalidez, apenas por aposentadoria programada e pensão por morte. Os dependentes dos assistidos neste ano findo receberam da Entidade o total de R\$ 464.210,70 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dez reais e setenta centavos) de pensão por morte e cerca de R\$ 6.224,11 (seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e onze centavos) de pecúlio por morte.

Fechamos 2012 com 325 participantes no Plano. Com uma característica positiva e marcante na rentabilidade líquida, que fechou o ano de 2012 em 10,20%, sendo um dos Fundos de Pensão dos Advogados com maior rentabilidade no País, mesmo com o número de participantes ainda em crescimento por se tratar de uma das mais novas Previdências dos Advogados no Brasil. Desde 2009 até o final de 2012 tivemos uma rentabilidade acumulada de 40,35%. Com relação ao Plano de Gestão Administrativa, a Diretoria não mediu esforços em diminuir as despesas e aumentar receitas, trazendo maior equilíbrio financeiro e sustentabilidade ao Plano, através do controle e racionalização dos custos e acompanhamento junto aos consultores de vendas, para estimular o crescimento do Plano. A OABPrev-Nordeste contou ainda com o aporte dos participantes do IASAN, que se deu em Dezembro do Ano de 2012, trazendo um acréscimo de mais de um milhão de reais em novos recursos para o Fundo de Pensão.

Em observância ao Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-Nordeste não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Merece atenção desse Egrégio Conselho, a *performance* conseguida pela OABPrev-Nordeste, no que tange a aplicação das reservas, mesmo que tenha havido a continuidade de Política de redução das taxas de juros pelo Banco Central, a chamada SELIC, que fechou o ano com 7,25% contra 10,20% de Rentabilidade do Fundo de Investimento em Quotas OABPrev-Nordeste.

A OABPrev-Nordeste encerrou o exercício de 2012, com o Ativo Líquido do Plano de R\$23.406.275,67, conforme consta das Demonstrações Contábeis e do Relatório da UNIAUDI DO BRASIL, AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

Tudo isso, alcançado com capital dos participantes ativos e assistidos, evidenciando a solidez econômica e financeira da Entidade e o equilíbrio sustentável de suas contas do ativo e passivo.

Este ano de 2012 foi marcado por ações empenhadas da Diretoria em manter integridade da Entidade, Com a realização de reuniões periódicas discutindo assuntos pertinentes às necessidades do Plano, inclusive participando de Congressos e Treinamentos, para manterem-se aperfeiçoados neste complexo tema da Previdência Complementar. Dois Diretores da Entidade estão devidamente certificados, Ivanildo Pinto de Melo e Luiz Antonio de Almeida, e temos dois Conselheiros, Heriberto Escolástico Bezerra e José Williams Vieira de França, em processo final de certificação, de acordo com a resolução CMN nº 3.792/2009, e os Conselheiros, Mario Gomes de Araújo Júnior, Geraldo de Margela Madruga, Gilvania Maciel Virginio Pequeno, em análise da documentação, certificação esta conferida pelo Instituto Cultural da Seguridade Social – ICSS, órgão nacional ligado à Associação Brasileira dos Fundos de Pensão – ABRAPP e que desfruta da mais alta respeitabilidade pelo mercado financeiro e previdenciário. Temos meta de alcançar a Certificação dos demais diretores e de todos os Conselheiros para o Ano de 2013. Os Diretores em 2012 baixaram resoluções e elaboraram documentos legais visando preservar a probidade dos atos administrativos e a segurança na execução dos atos de seus funcionários. Também cumpriram com suas designações nas Eleições dos Conselhos e na elaboração e cumprimento do Orçamento de Gestão, do PGA e da Política de Investimentos da Entidade.

Também foi discutida com a Mongeral, empresa contratada para gerir as vendas do Plano, durante todo o ano de 2012 a necessidade de se fomentar ainda mais as vendas com plano de ação para que se aumente o numero de participantes ativos na Entidade.

Não ficamos apenas por aqui neste relatório. A Diretoria trás para o Ano de 2013, grandes projetos que serão ousados e aguerridos com objetivo de trazer melhorias à OABPrev-Nordeste.

Pelo que se verifica, Senhor Presidente, Senhores (as) Conselheiros (as), esse foi o trabalho da Diretoria Executiva, com a recomendação para aprovação das Contas do Exercício de 2012 pelo Conselho Fiscal e Deliberativo, espelhado nos relatórios acima mencionados.

A todos e a todas, o nosso muito obrigado, pela confiança depositada, pela orientação, pelas recomendações oportunas e principalmente pelo prazer do grande companheirismo demonstrado nesse período, esperando que continue sempre.

Atenciosamente,

João Pessoa, 25 de março de 2013.

Ivanildo Pinto de Melo
Diretor Presidente

Manoel Sales Sobrinho
Diretor Secretário

Luiz Antonio de Almeida
Diretor Administrativo Financeiro

Achilles Garibaldi Eloy de Sousa
Diretor de Benefícios

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV-NORDESTE EXERCÍCIO 2012

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 44 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2013, analisou os relatórios da Uniaudi do Brasil, Auditores Independentes S.S., e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, constatou que as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis exigidas pela legislação Nacional e pelo Estatuto e Regimento da Entidade.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal conclui que os documentos refletem a real situação patrimonial e financeira da Entidade, pelo que recomenda sua aprovação.

João Pessoa, 25 de março de 2013.

Marcos Augusto Ferreira Caju

Presidente

Francisco de Assis Tavares Júnior

Vice-Presidente

Adair Borges Coutinho Neto

Conselheiro Fiscal

Jeová Pereira Alves

Conselheiro Fiscal

André Wanderley Soares

Conselheiro Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV-NORDESTE EXERCÍCIO 2012

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-Nordeste referente ao exercício de 2011:

Em reunião do dia 26 de março de 2013, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba – OABPrev-Nordeste, no uso das competências de que trata art. 34 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-Nordeste, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Relatório da Uniaudi do Brasil, Auditores Independentes S.S., no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-Nordeste e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2012.

João Pessoa, 26 de março de 2013.

Geraldo de Margela Madruga
Presidente do Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

Demonstra o do Ativo Líquido (DAL): a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstra o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstra o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP): a DOAP   o demonstrativo contábil que evidencia a composi o do patrimônio de cobertura do plano de benefícios e apresenta, de forma an tica, as altera es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.



Central de Relacionamento



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

www.oabprevnordeste.org.br

Rua Corálio Soares de Oliveira, 433, Ed. Atrium, Centro. João Pessoa - PB – CEP 58013-260